

Gestão de Desastres em Turismo - Um estudo de caso em Macacos - MG

Tourism Disaster Management – A case study in Macacos - MG

Luís Carlos Antunes Tavares - lucat.bh@gmail.com
Danielle Fernandes Costa Machado - daniellefcm@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho irá discutir a percepção dos agentes locais de turismo, Secretaria de Turismo de Nova Lima e Defesa Civil de Nova Lima sobre a gestão de desastres em turismo no distrito de São Sebastião das Águas Claras e o impacto causado no turismo local devido a ameaça de rompimento da barragem de rejeitos B3/B4 da mineradora Vale S.A. Para tanto abriu-se uma discussão sobre conceitos de desastre, o papel da Defesa Civil na gestão de riscos e desastres, a redução de riscos de desastres em turismo e sobre a colaboração dos *stakeholders*. Com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, a partir de entrevistas realizadas em campo, buscou-se compreender os impactos causados no turismo pela ameaça de rompimento da barragem no distrito. Também foi discutido quais as medidas de prevenção foram adotadas pelas autoridades governamentais e empresa Vale S.A. Além disso, foi discutido a colaboração entre os *stakeholders* como forma de diminuir os impactos no turismo. Como conclusão, foi possível observar que a percepção dos agentes locais de turismo conflita com as percepções dos órgãos públicos e que a gestão de desastres em turismo no distrito não foi e não tem sido eficaz.

Palavras chave: gestão em turismo, desastres, barragem

ABSTRACT

This paper Will discuss the perceptions of local tourismagents, Nova Lima Tourism Secretariat and Nova Lima Civil Defense on tourism disaster management in the São Sebastião das Águas Claras district and the impacton local tourism due to the threat B3 / B4 tailingsdamby mining company Vale AS. A discussion was made on disaster concepts, the role of Civil Defense in risk and disaster management, disaster risk reduction in tourism and the collaboration of stakeholders. In order to achieve the research objectives, from interviews conducted in the field, we sought to

understand the impacts caused by tourism by the threat of dam disruption in the district. It was also discussed which preventive measures were adopted by the governmental authorities and Vale S.A company. In addition, the collaboration between stakeholders was discussed as a way to reduce impacts on tourism. In conclusion, it was observed that the perception of local tourism agents conflicts with the perceptions of public agencies and that tourism disaster management in the district was not and has not been effective.

Keywords: tourism management, disasters, tailingdam

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade altamente sensível a crises e elas se agravavam quando associadas a desastres. No Brasil, os principais desastres estão associados às inundações nos períodos de chuvas e aos desastres provocados por ações humanas. Nos últimos cinco anos, os dois maiores desastres ambientais e humanos ocorridos no país tiveram como protagonista a empresa de mineração Vale e o rompimento de suas barragens de rejeitos de minério em Mariana e Brumadinho, ambas localizadas em Minas Gerais (MG). Após o rompimento da barragem de Brumadinho, outras cidades mineiras entraram em situação de alerta pelo risco de novos rompimentos e desastres.

Partindo-se do modelo para gestão de desastre em turismo elaborado por Faulkner (2001), este estudo pretende compreender os impactos causados no turismo pela ameaça de rompimento da barragem de rejeitos de minério B3/B4 no distrito São Sebastião das Águas Claras (Macacos), localizado no município de Nova Lima (MG). Este pequeno povoado é “*um vilarejo charmoso que atrai casais, esportistas, famílias e grupos de amigos que buscam diversão e tranquilidade*” (Portal Macacos) e que tem quase 100% de sua base econômica voltada para o turismo. Porém, devido ao alerta de rompimento da barragem, sofre com a falta de visitantes em virtude da evacuação do distrito que foi realizada como medida preventiva no dia 16 de fevereiro de 2019.



Faulkner (2001) destaca seis fases no processo de gestão de desastres. Para a análise da situação do distrito de Macacos, o presente artigo discute as fases de pré-evento e prodromal que são fases de prevenção de desastres que visam realizar a avaliação de riscos e o plano de contingência. Por se tratar de um lugar altamente turístico, o estudo também discute a construção da colaboração entre *stakeholders* e sua influência na gestão eficaz de desastres em destinos turísticos à luz da teoria desenvolvida por Jiang e Ritchie (2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

DESASTRES E SEUS EFEITOS NAS COMUNIDADES AFETADAS

Os desastres, sejam naturais ou causados pelo homem, tem aumentando durante os últimos anos. Apenas no ano de 2018, de acordo com o *EmergencyEventsDatabase* (Em-DAT), houve 315 desastres com um total de 11.804 mortes e mais de 68 milhões de pessoas foram afetadas. A Defesa Civil Brasileira considera que:

Desastres são resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios. (Defesa Civil, Observatório dos Desastres Naturais)

A definição do *EmergencyEventsDatabase* (Em-DAT) reforça a imprevisibilidade dos desastres e a necessidade de ajuda no âmbito nacional ou internacional quando eles ocorrem. Para o Em-DAT, desastre é:

Um evento imprevisível e repentino que causa grandes danos, destruição e sofrimento humano. Na maioria das vezes é causado pela natureza, mas podem ter origem humana; Situação ou evento, que sobrecarrega a capacidade local, necessitando de



um pedido de assistência externa de nível nacional ou internacional”(Em-DAT, tradução nossa).

Os desastres podem ser classificados como naturais, humanos/tecnológicos e mistos. Para a Defesa Civil (1998, p.52), os desastres naturais são *“aqueles provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e produzidos por fatores de origem externa que atuam independentemente da ação humana”*, incluindo terremotos, tempestades, tsunamis e secas. Já os desastres humanos, *“são aqueles provocados por ações ou omissões humanas. Relacionam-se com o próprio homem, enquanto agente e autor”* e podem envolver situações como vazamento químico, explosões, radiação, incêndios, dentre outros. Por sua vez, a Defesa Civil (1998) sugere que os desastres mistos *“ocorrem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais”*, como por exemplo, a chuva ácida e o efeito estufa. Já o Em-DAT utiliza o termo tecnológico ao se referir aos desastres causados pelos humanos.

O rompimento de barragens pode ser considerado um desastre misto se comprovado que o mesmo ocorreu devido a atuação da natureza. Chuvas fortes e terremotos podem abalar as estruturas da barragem e causar o rompimento. Porém, se a causa do rompimento estiver associada à falta de manutenção, erros na construção e negligência nas operações, o desastre é considerado humano/tecnológico.

O papel da Defesa Civil Brasileira na gestão de riscos e desastres

A maioria dos países do mundo possui um órgão responsável por monitorar e realizar a gestão de riscos decorrentes de desastres naturais e tecnológicos. Alguns exemplos são a Agência Federal de Gerenciamento de Emergências dos Estados Unidos da América (FEMA), que tem como responsabilidade lidar com todas as situações de emergência dentro do território do país e a Sociedade de Gestão de Risco de Desastres no Paquistão (UNDP), que visa mitigar os efeitos dos terremotos, grandes inundações, secas, ciclones, avalanches e todos os outros perigos que são



conhecidos por afetar a economia do país. Alguns países possuem também organizações focadas, especificamente, na gestão de desastres em turismo, como a *TourismQueensland* e a *Asia-Pacific Economic Cooperation Disaster Risk Reduction (APEC DRR Framework)*.

No Brasil, a Defesa Civil é o órgão responsável por tratar dos desastres no território nacional. Porém, desde 2014, a Confederação Nacional de Municípios (CMN) tem proposto que cada município implemente seu próprio órgão municipal de proteção e defesa civil, uma Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC). De acordo com a cartilha da CMN (2019):

A missão da Proteção e Defesa Civil é planejar, promover, articular e executar a defesa permanente contra os desastres naturais, antropogênicos (causados pelo homem) ou mistos. Para tanto, torna-se necessário o trabalho integrado e ininterrupto. (Cartilha Proteção e Defesa Civil – Gestão Municipal de Risco de Desastres, 2019).

Ainda de acordo com a cartilha da CMN (2019), *“a prevenção de desastres é implementada por meio de dois processos importantes: a análise prévia, mas também contínua – porque a cidade é um organismo vivo; da redução dos riscos de desastres”*.

A figura 1, retirada do site Observatório dos Desastres Naturais (2019), é um quadro que mostra a situação da Defesa Civil em Nova Lima, no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Como pode ser observado, apesar de Nova Lima possuir uma Coordenação Municipal de Defesa Civil, ela não possui elementos essenciais como plano de contingência, mapeamento de áreas de risco e plano de redução de riscos. A situação não é muito diferente no Estado de Minas Gerais no qual 86,28% das cidades não possuem plano de contingência; 81,71% não possuem um mapeamento das áreas de risco e 92,38% não possuem um plano de redução de riscos. Em termos de Brasil, estes dados se repetem, 85,91% das cidades brasileiras não possuem plano de contingência; 80,52% não possuem mapeamento de áreas de risco e 90,52% não possuem plano de redução de riscos. Este quadro deixa claro o



pouco investimento do governo brasileiro na prevenção de desastres no seu território.

Figura 1 - Observatório dos Desastres Naturais - Nova Lima/MG

NOVA LIMA / MG		NO ESTADO: MG	NO BRASIL
DESASTRE EM VIGÊNCIA:	Não possui desastre em vigência	Chuva: 11,48% Outros: 50,82% Seca: 37,7%	Chuva: 16,67% Outros: 8,22% Seca: 75,11%
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	Sim	Não: 0,23% Não informado: 45,84% Sim: 53,93%	Não: 2,48% Não informado: 29,44% Sim: 68,08%
CORPO DE BOMBEIROS	Não	Não: 89,21% Sim: 10,79%	Não: 86,05% Recusa: 0,04% Sim: 13,91%
NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA CIVIL	Não	Não: 93,2% Sim: 6,8%	Não: 91,67% Recusa: 0,04% Sim: 8,29%
PLANO DE CONTINGÊNCIA	Não	Não: 86,28% Sim: 13,72%	Não: 85,91% Recusa: 0,04% Sim: 14,06%
MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	Não	Não: 81,71% Sim: 18,29%	Não: 80,52% Recusa: 0,04% Sim: 19,44%
PLANO DE REDUÇÃO DE RISCOS	Não	Não: 92,38% Sim: 7,62%	Não: 90,52% Recusa: 0,04% Sim: 9,44%
PLANO DIRETOR (PREVENÇÃO DE ENCHENTES)	Não	Não: 87,1% Sim: 12,9%	Não: 82,73% Recusa: 0,04% Sim: 17,24%
DANOS HUMANOS	0	6.645.436	53.657.060
PREJUÍZOS PÚBLICOS	R\$ 0,00	R\$ 658.161.168,24	R\$ 17.505.088.584,48
PREJUÍZOS PRIVADOS	R\$ 0,00	R\$ 28.321.307.402,16	R\$ 188.144.938.114,99

Fonte: Confederação Nacional de Municípios, 2019

REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES EM TURISMO

Em seu artigo, intitulado “*Towards a framework for tourism disaster management*”, Bill Faulkner (2001) utilizou uma base literária sobre gestão de desastres para criar uma estrutura genérica de gestão de desastres voltada para o turismo, representada na figura 2. Esta estrutura tem como objetivo fornecer um passo a passo da gestão de desastres em turismo. Faulkner



(2001) mesclou as estruturas de dois autores, Fink (1986) e Roberts (1994), para elencar as seis fases no processo de gestão de desastres, que são:

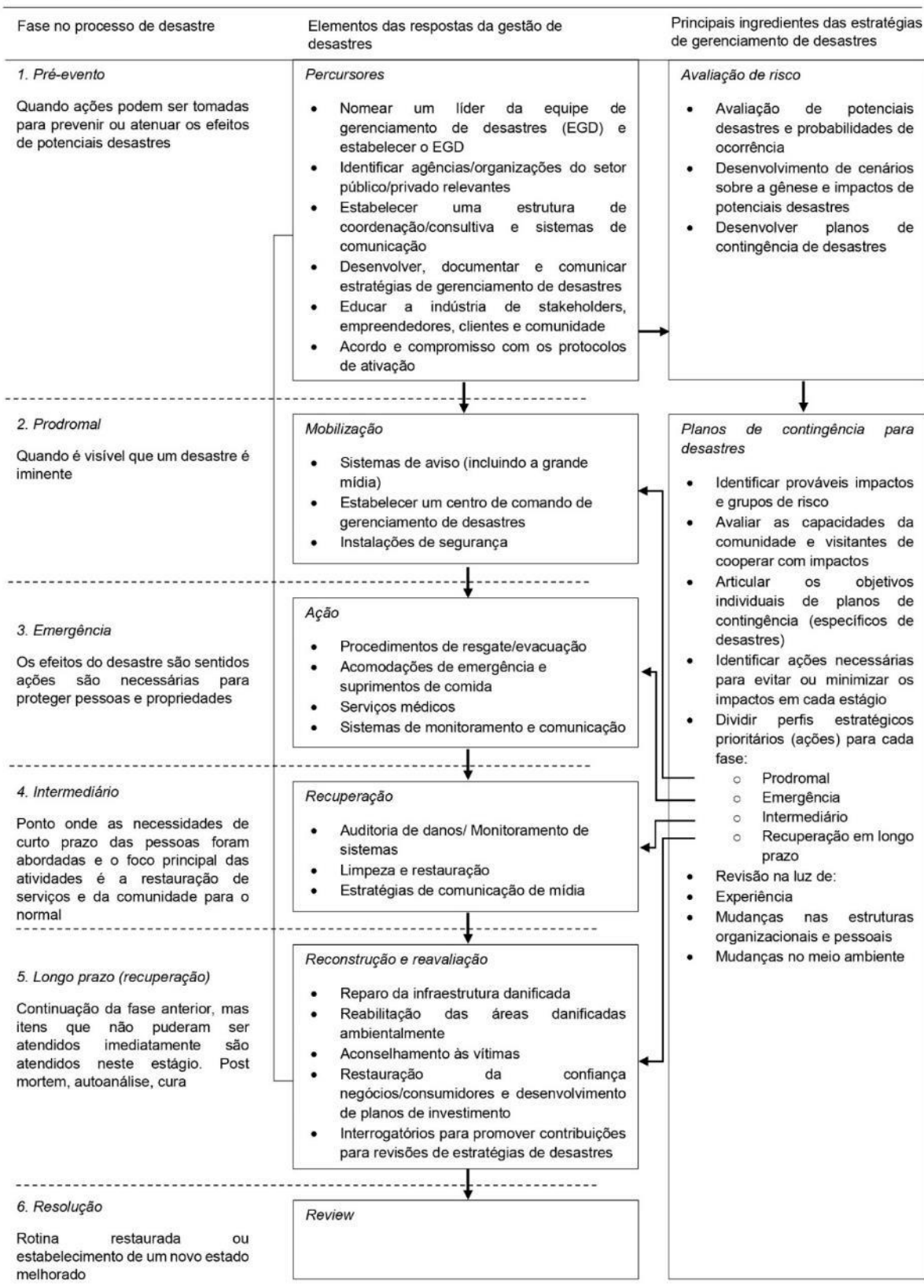
- Pré-evento: Quando ações podem ser tomadas para prevenir ou atenuar os efeitos de potenciais desastres.
- Prodromal¹: Quando é visível que um desastre é iminente.
- Emergência: Os efeitos do desastre são sentidos e ações são necessárias para proteger pessoas e propriedades.
- Intermediário: Ponto onde as necessidades de curto prazo das pessoas foram abordadas e o foco principal das atividades é a restauração de serviços e da comunidade para o normal.
- Longo prazo (recuperação): Continuação da fase anterior, mas itens que não puderam ser atendidos imediatamente são atendidos neste estágio. Post mortem, auto análise, cura.
- Resolução: Rotina restaurada ou estabelecimento de um novo estado melhorado.

¹Prodromal é uma derivação da palavra pródromo, que significa prenúncio, sinal anunciador. (Dicio)



Figura 2 - Estrutura de gestão de desastres turísticos

Estrutura de gestão de desastres turísticos



Fonte: Faulkner (2001)



As duas primeiras fases, pré-evento e prodromal, são fases de prevenção. A fase emergencial se dá no momento em que o desastre está ocorrendo. As demais fases - intermediário, longo prazo e resolução - são pós-desastre.

A fase pré-evento é a mais importante de todas, pois é nesta fase que deve ser elaborado todo o preparo para uma possível situação de desastre. A nomeação de um líder da equipe de gestão de desastres se faz necessária para que todos os processos subsequentes possam fluir de maneira organizada. A segunda fase, referente à identificação de agências/organizações, revela a importância de se ter conhecimento acerca dos *stakeholders* locais e de como eles podem colaborar em uma situação de desastre. Ter uma coordenação eficaz que possua sistemas de comunicação efetivos colabora para minimizar danos causados por desastres, fornecendo informações necessárias para que a comunidade possa se resguardar. As estratégias de gestão de desastres devem ser desenvolvidas e documentadas para que possam ser debatidas e consultadas. Também devem ser comunicadas a todos os interessados com o intuito de instruir os atores locais. Por fim, é necessário um acordo e compromisso com os protocolos de ativação, ou seja, após toda a construção preventiva, deve-se elaborar protocolos de ativação da mesma para que os processos corram de maneira correta. É nesta fase também que ocorre a avaliação de risco que é um dos principais ingredientes das estratégias de gestão de desastres. Na avaliação de risco são desenvolvidos os planos de contingência de desastres.

Desastres têm como característica a imprevisibilidade. Por tal razão, avaliar os riscos e as probabilidades de ocorrência de acidentes, assim como desenvolver cenários sobre a gênese e potenciais impactos, são as maneiras mais eficazes de se prevenir contra possíveis desastres.

Na fase Prodromal é realizada a mobilização da comunidade. É nesta fase que são elaboradas e estabelecidas algumas ações e atividades de prevenção e segurança. Os sistemas de aviso, sejam virtuais, como é o caso



das mídias, ou físicos, como é o caso de sirenes e placas, são um passo importante nesta etapa. Informar à comunidade local, *stakeholders* e aos turistas sobre os riscos de desastres se faz necessário para criar consciência nos mesmos. A mídia se faz necessária, pois consegue atingir um maior número de pessoas e um sistema de aviso eficiente no local é o responsável por organizar e direcionar as pessoas se o desastre acontecer. Vale ressaltar que, de acordo com Faulkner (2001), uma fonte centralizada de mídia é importante para que informações errôneas e contraditórias não circulem. Estas duas fases de prevenção são o foco deste estudo, portanto as outras fases não serão discutidas pois não se aplicam no estudo de caso. As seis etapas descritas no plano de contingência proposto por Faulker (2001) sintetizam toda a estrutura idealizada por ele.

COLABORAÇÃO ENTRE STAKEHOLDERS

Conforme Racherla e Hu (2009), a indústria do turismo é uma complexa mistura de *stakeholders* e só a cooperação entre eles pode mitigar os efeitos negativos provocados por desastres. Além disso, o turismo é dominado por pequenas e médias empresas independentes que geralmente não possuem recursos suficientes para agirem sozinhas em momentos de crise (Beeton, 2001). Além disso, estas organizações tendem a ter seus serviços paralisados assim que o desastre ocorre.

Jiang e Ritchie (2017) elencaram três tipos de teorias que são identificadas como fundamentações e motivações para a colaboração entre *stakeholders*. São elas: 1) teoria baseada em recursos, 2) teoria baseada em relacionamentos e 3) teoria baseada em política. A teoria baseada em recursos tem como foco o uso dos recursos disponíveis para criar colaboração entre as entidades, o que possibilita o compartilhamento não só de recursos tangíveis como dinheiro, mas também recursos intangíveis como conhecimento e informação. O compartilhamento de recursos é considerado a base da colaboração entre *stakeholders* (Nyaga, Whipple & Lynch, 2010; Sowa, 2009; Zhang, Yu & Liu, 2008).

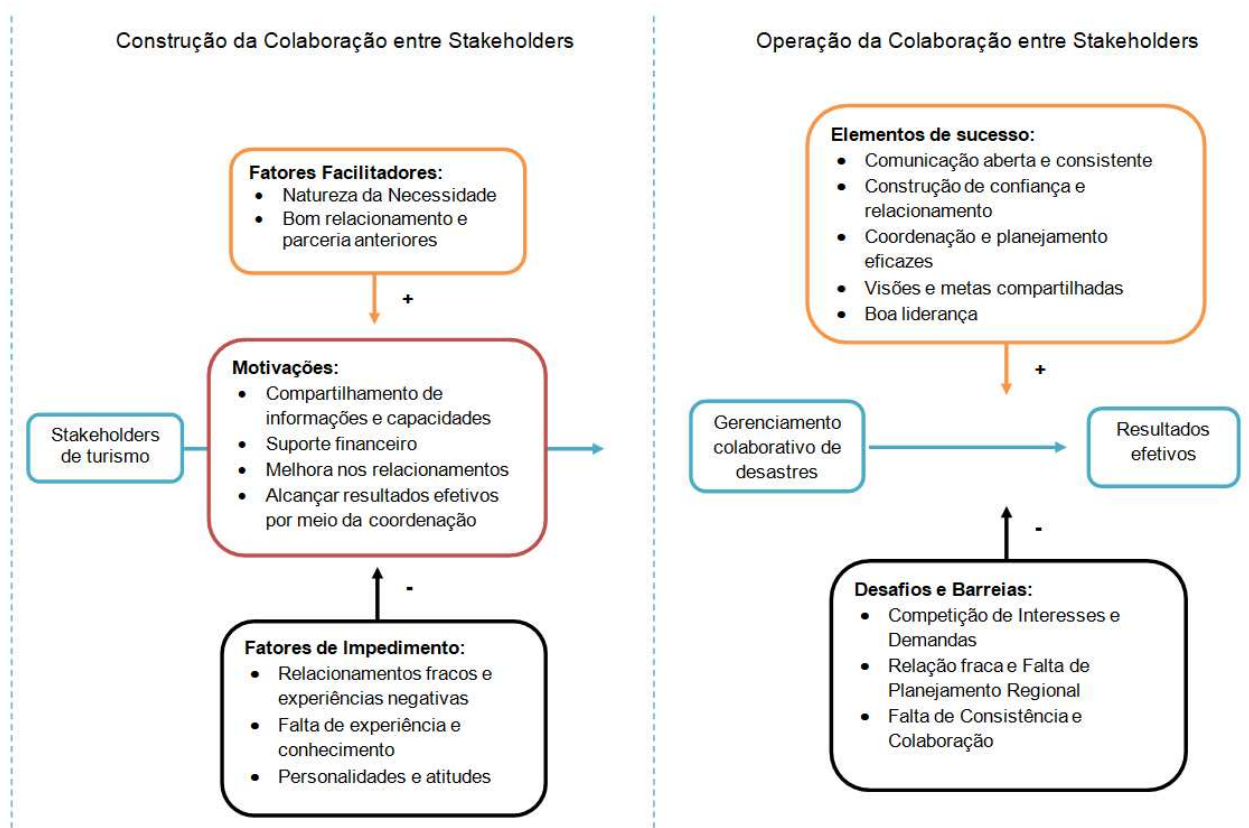


A teoria baseada em relacionamentos é impulsionada pelo reconhecimento da dependência mútua e da necessidade de troca de interesses compartilhados (Fyall&Garrod, 2005). Segundo esta teoria, as organizações que no passado tiveram experiências positivas entre si, tendem a colaborar umas com as outras com maior frequência. Dito isso, ter uma rede de contatos e um bom relacionamento com outros *stakeholders* locais é essencial para a gestão de um desastre. Já a teoria baseada em política mede o balanço do poder entre estado, organizações, grupos e indivíduos (Jiang e Ritchie apud Kelly, 2017, p.72, tradução nossa). Esta teoria mostra a importância do governo na construção da colaboração entre *stakeholders*, uma vez que, em momentos de crise, a atuação de órgãos governamentais com capacidade para gerir recursos e conflitos torna-se essencial.

Estas três teorias foram a base de um estudo feito por Jiang e Ritchie (2017) que buscava investigar a construção da colaboração entre *stakeholders* e sua influência na gestão eficaz de desastres do turismo. O estudo foi feito em Central Queensland/Austrália, local atingido pelo Ciclone Marcia, em 2015. A figura 3 representa o modelo confeccionado pelos autores à partir dos resultados obtidos pelo estudo.



Figura 3 – Gerenciamento colaborativo de desastres: motivações e fatores facilitadores e de impedimento



Fonte: Jiang e Ritchie, 2017, p.80, tradução nossa

A primeira parte do modelo criado por Jiang e Ritchie (2017) trata sobre a construção da colaboração dos *stakeholders*. Esta construção depende de suas motivações e possui fatores facilitadores e fatores de impedimento.

O estudo mostrou que o compartilhamento de informações e capacidades é de extrema importância para os atingidos pelo desastre,

pois, *“o compartilhamento colaborativo de informações pode evitar confusão e informações incorretas durante e logo após o desastre”* (Jiang & Ritchie, 2017, tradução nossa) e a *“colaboração funciona melhor quando há habilidades complementares”* (Jiang & Ritchie, 2017, p.76, tradução nossa). Quando as habilidades das mais variadas partes se juntam é possível um melhor resultado na gestão de um desastre.

“O suporte financeiro é considerado parte da motivação para a colaboração, pois a recuperação do turismo geralmente depende das empresas de turismo locais” (Jiang e Ritchie, 2017, p.76, tradução nossa). Como dito anteriormente, o turismo geralmente é constituído por pequenas e médias empresas que não possuem grandes recursos financeiros, portanto, a colaboração no setor financeiro, seja ela entre os próprios *stakeholders* ou com participação do governo, é de grande importância em casos de desastres.

Os relacionamentos entre os *stakeholders* são muito importantes para o funcionamento do turismo local e em caso de desastres *“[...] organizações com redes mais amplas são mais propensas a colaborar formalmente”* (Jiang e Ritchie, 2017, p.76, tradução nossa). Nestes casos extremos, novos relacionamentos também são criados e eles *“podem ajudar a reforçar a capacidade de recuperação e a se tornarem bem preparados para futuros eventos”* (Jiang & Ritchie, 2017, p.76, tradução nossa). Manter os relacionamentos antigos e fortalecer os novos é essencial. Uma coordenação eficaz entre os *stakeholders* é a melhor maneira de alcançar resultados efetivos, evitando trabalhos duplicados e criando uma coordenação eficaz capaz de acelerar a conquista dos objetivos. De acordo com os autores, quando um desastre ocorre é inerente ao ser humano a vontade de colaborar para atingir um objetivo em comum e essa natureza humana se torna um fator facilitador na colaboração entre os *stakeholders*. Nesse sentido, o bom relacionamento e as parcerias anteriores formam a base para a colaboração. *“Parcerias positivas anteriores podem estabelecer confiança e sintonia entre os stakeholders, e também, criar*



facilmente metas de gestão compartilhadas” (Jiang & Ritchie, 2017, p.76, tradução nossa).

Por outro lado, experiências negativas no passado são, certamente, um dos fatores que corroboram para a falta de colaboração entre os *stakeholders*. Segundo os autores, “[...] *uma pré-história de conflito provavelmente resultará em baixos níveis de confiança, comunicação desonesta e baixo compromisso e, portanto, torna-se uma barreira de construção de colaboração” (Jiang e Ritchie apud Andranovich, 2017, p.77, tradução nossa).*

A falta de experiência e conhecimento em eventos que nunca ocorreram antes também podem dificultar a colaboração e gerar uma mobilização fraca e ineficiente. Uma colaboração eficaz depende da união de todos, porém não é o que acontece na maioria das vezes. Como afirmam os autores, “[...] *humanos são difíceis de prever e existem pessoas que naturalmente não querem cooperar com os outros em face de um problema em comum” (Jiang e Ritchie, 2017, p.77, tradução nossa).* Estas diferentes visões de cada um, podem intervir na colaboração, afinal um problema pode ser visto como extremamente danoso para alguns, já para outros pode ser visto como algo simples.

Após a fase de Construção da Colaboração entre *Stakeholders* temos a Operação da Colaboração entre *Stakeholders*, que é o momento no qual o gerenciamento colaborativo de desastres é posto em prática em busca de resultados efetivos. Nesta fase temos elementos de sucesso e também desafios e barreiras.

Uma comunicação aberta e consistente é essencial em momentos de crise, pois, como apontado pelos autores, “*Uma comunicação consistente pode reduzir os impactos negativos de desastres através do compartilhamento de informação e entendimento da situação [...]” (Jiang e Ritchie, 2017, p.77, tradução nossa).* Como frisado anteriormente, os bons relacionamentos têm um papel essencial em momentos de crise e a confiança entre os *stakeholders* é o que possibilita a recuperação pós-



desastres. Um planejamento eficaz é a melhor forma de guiar os *stakeholders* no que deve ser feito e como deve ser feito e uma coordenação eficaz é essencial para direcionar os problemas para as pessoas que possam resolvê-los. Apesar de, em momentos de crises, todos terem uma meta em comum, cada um também possui suas próprias visões e objetivos individuais. Como apontado pelos autores, *“Uma meta compartilhada pode ser constituída de diferentes metas individuais. Não é todos fazendo a mesma coisa, mas todo mundo tem o mesmo destino e trabalha em diferentes áreas para ajudar a alcançar o objetivo”* (Jiang e Ritchie, 2017, p.78, tradução nossa). E por fim, uma boa liderança tem grande importância em crises, pois pode atuar em diversos níveis, incluindo: *“[...] comunicação, planejamento e coordenação, facilitar os processos de colaboração, formulação de planos de gestão com metas compartilhadas e a formação de relações positivas e confiança”* (Jiang e Ritchie, 2017, p.78, tradução nossa).

Apesar de terem um mesmo objetivo em comum, é certo que divergências em momentos de crise surjam, afinal, cada um se preocupa e prioriza seus próprios objetivos e problemas. Um desastre em uma determinada região pode impactar cada indivíduo de maneiras diferentes e alguns podem precisar de mais recursos para se recuperar do que outros. Essa competição de interesses e demandas dificulta em muito a colaboração entre os *stakeholders*, pois gera conflitos. A falta de um planejamento regional impede a colaboração devido a três aspectos citados pelos autores: necessidades diferentes, ideias de gestão diferentes e relações fracas, estes itens já foram discutidos anteriormente. Por fim, *“alguns stakeholders tendem a se retirar do gerenciamento colaborativo quando atingem seus próprios objetivos”* (Jiang e Ritchie, 2017, p.79, tradução nossa). Esta falta de consistência e colaboração entre si é uma das grandes barreiras para a colaboração.

O modelo elaborado por Jiang e Ritchie (2017) sumariza que a base para a colaboração entre *stakeholders* é o bom relacionamento entre eles.

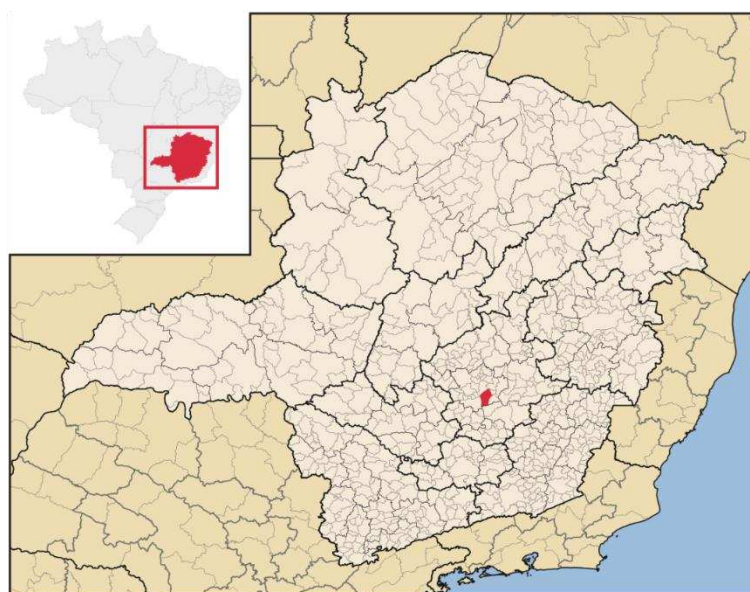


Somente com uma boa comunicação e colaboração, os objetivos podem ser alcançados e os resultados se tornam efetivos.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: SOB OS PILARES DA MINERAÇÃO E DO TURISMO

O distrito de São Sebastião das Águas Claras, pertence ao município de Nova Lima, em Minas Gerais, e está localizado no Quadrilátero Ferrífero que é a maior região produtora de minério de ferro no Brasil (Mapa 1).

Mapa 1 - Localização de Nova Lima - MG

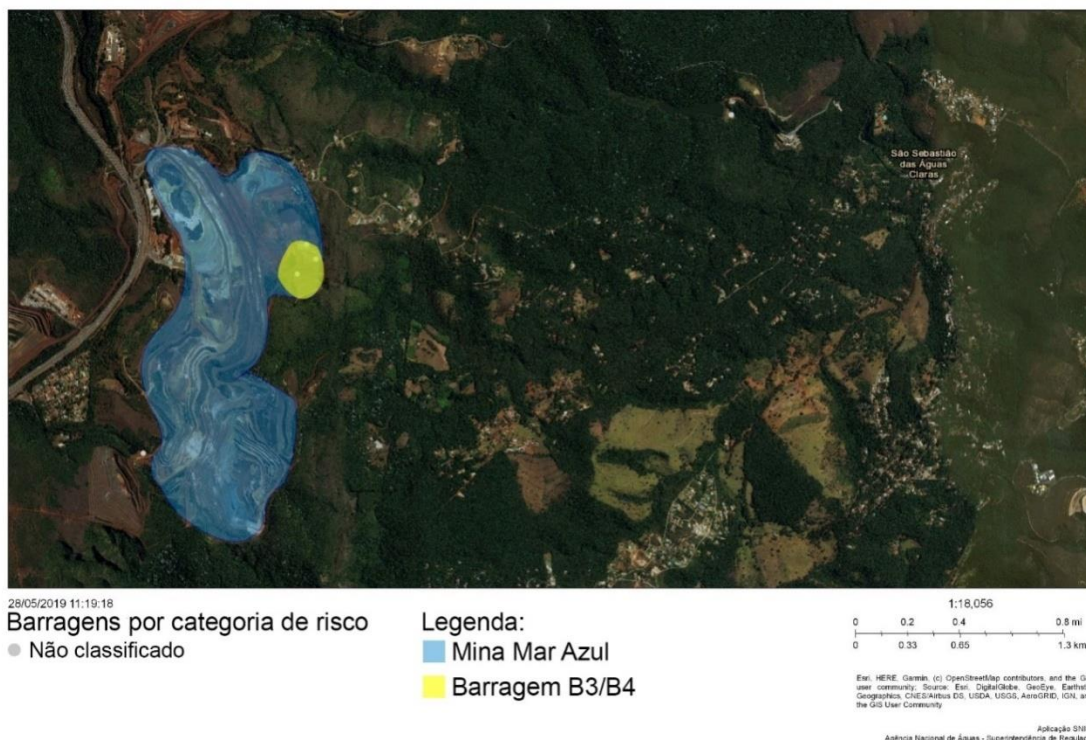


Fonte: Wikipedia

Comumente conhecido como Macacos, o distrito, que fica a 20 km de Belo Horizonte, é famoso por seu turismo e por sua gastronomia. O distrito foi povoado a partir do século XVIII, com a descoberta das riquezas minerais do lugar. O ouro era uma delas, mas sua extração só durou até metade do século XIX, quando o metal foi se extinguindo. Depois, a agricultura e o comércio foram rendendo lucros para a vila. Porém, nas últimas décadas, o turismo gastronômico, o ecoturismo e o turismo de aventura transformaram o lugar. Antes da interdição do povoado pelo risco de rompimento da barragem da Mina de Mar Azul, quase 100% da sua economia estava baseada no turismo.

A barragem B3/B4 da Mina de Mar Azul está localizada no município de Nova Lima – MG e encontra-se a cerca de 3 quilômetros do distrito de São Sebastião das Águas Claras (Mapa 2). Na noite do dia 16 de fevereiro de 2019, cerca de 200 pessoas foram evacuadas às pressas do distrito de São Sebastião das Águas Claras devido ao risco de rompimento da barragem. A barragem B3/B4 é uma barragem de rejeitos de minério de ferro com capacidade de 1.896 milhão de m³. Ela não possui um volume tão alto se compararmos com a barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho (12 milhões de m³) e com a barragem do Fundão em Mariana (56,6 milhões de m³, dos quais 43,7 milhões vazaram). Apesar disso, o seu dano associado é considerado de nível alto, de acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM, Data Base Fev/2019). Desde o dia 27 de março, o nível de risco de rompimento da barragem B3/B4 foi elevado para o nível máximo, o que causou a evacuação dos moradores e afastamento dos turistas.

Mapa 2 - Barragem B3/B4 e São Sebastião das Águas Claras



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), editado



METODOLOGIA

Para que os objetivos propostos pela pesquisa fossem alcançados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema gestão de desastres. Para tanto, o estudo fundamentou-se no modelo de gestão de desastres em turismo desenvolvido por Faulkner (2001) e também na teoria de Jiang e Ritchie (2017) sobre gerenciamento colaborativo de desastres.

Posteriormente, foi realizado um estudo de caso no distrito de São Sebastião das Águas Claras. O estudo foi conduzido a partir de uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo. A coleta de dados se deu a partir de entrevistas *in loco* com *stakeholders* locais.

As entrevistas foram baseadas em três roteiros semi-estruturados. Um deles foi utilizado com os moradores do distrito, incluindo: hoteleiros, empreendedores e funcionários de setores ligados ao turismo. Os outros dois foram direcionados aos representantes da Defesa Civil e da Secretaria de Turismo de Nova Lima. A pesquisa previa ainda a realização de entrevistas com gestores da mineradora Vale S.A., mas a empresa se negou a participar do estudo.

Segundo Creswell e Poth (2018), o tamanho recomendado da amostra para um estudo fenomenológico é de cerca de seis participantes. Para a presente pesquisa seguiu-se essa recomendação, considerando-se ainda a saturação de respostas.

Ao todo, foram realizadas 11 entrevistas com proprietários e funcionários de restaurantes, pousadas, lanchonetes e lojas de artesanato do distrito, além de entrevistas com os respectivos secretários de Turismo e da Defesa Civil do município de Nova Lima. Antes das perguntas serem realizadas, o entrevistador se apresentou e descreveu o objetivo do estudo. Os participantes foram lembrados de que sua participação era voluntária e que eles poderiam pular perguntas, interromper a gravação ou encerrar sua participação a qualquer momento. Apenas um entrevistado não permitiu a gravação em áudio de sua entrevista. A coleta de dados ocorreu nos dias 31 de maio, 06 de junho e 14 de junho do ano de 2019, na sede do município



de Nova Lima e no distrito de São Sebastião das Águas Claras. A Tabela 1 apresenta o perfil dos entrevistados:

Tabela 1 - Perfil dos Entrevistados

Entrevistados	Sexo	Idade	Tempo de atuação na área	Tipo de Estabelecimento / cargo
ST	F		2 anos	Secretaria de Turismo / Secretária
PR1	M		Não informado	Pousada e Restaurante / Proprietário
PR2	M		10 anos	Pousada e Restaurante / Proprietário
PR3	M		Não informado	Pousada e Restaurante / Proprietário
R1	F	23	4 meses	Restaurante / Atendente
P1	M		Não informado	Pousada / Proprietário
P2	M	54	5 anos e meio	Pousada / Proprietário
P3	F	26	4 anos	Pousada / Recepcionista
C1	F	59	Mais de 10 anos	Loja de Artesanato / Proprietária
L1	F	34	2 anos	Lanchonete / Proprietária
DC	M		Não informado	Defesa Civil de Nova Lima / Secretário

As transcrições das entrevistas foram realizadas através da digitação por voz no Google Docs, utilizando-se do PluginVoiceMeeter Input. Correções tiveram que ser feitas, pois o áudio captado não era claro o suficiente para que o reconhecimento de voz captasse todas as palavras. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo temática. O referencial teórico utilizado no trabalho, juntamente com os temas que emergiram das narrativas, foram utilizados para criação de cinco categorias de análise, entre elas: 1) Barragem e o distrito de Macacos; 2) Agentes locais; 3) Relação dos *stakeholders* com a Prefeitura Municipal; 4) A atuação da mineradora Vale no distrito; 5) Futuro do turismo.

RESULTADOS



Depois de recrutar os participantes, conduzir e transcrever todas as entrevistas, os pesquisadores codificaram cada transcrição. Os códigos decorrentes dessa primeira análise foram agrupados em temas estruturais e textuais, compondo as cinco categorias temáticas que serão apresentadas a seguir:

A Barragem e o distrito de Macacos

Esse tema revelou a percepção dos entrevistados sobre os acontecimentos relacionados à Barragem B3/B4 que causaram o fechamento parcial do distrito, e como isso afetou o negócio deles. Todos os entrevistados relataram que, em um primeiro momento, os turistas desapareceram, como explicitado pelo entrevistado PR2, *“no primeiro instante sumiu o hóspede totalmente, né, o turista”* e que até hoje, devido à incerteza e insegurança, o turista tem medo de ir a Macacos, conforme explicitado pela entrevistada L, *“se a gente que é morador não tem conhecimento de realmente aonde é seguro, aonde não é seguro, imagina as pessoas de fora, como ficam perdidos né?”*. A entrevista L endossa ainda o impacto negativo ocasionado pelo risco eminente de desastre:

A lanchonete eu fiquei mais de um mês parada, assim, eu pago aluguel, o imóvel não é meu, então a gente tem todos esses gastos e agora eu estou sobrevivendo por causa dos vouchers que foram criados, mas igual eu te falei, a gente não pode fazer nenhum plano. Eu tinha vários planos de ampliação, não posso fazer, eu não posso sequer comprar um freezer, uma coisa assim porque eu não sei se esse voucher vai acabar amanhã, se esse voucher vai acabar daqui um mês, daqui um ano e eles não falam. (Entrevistada L, 2019)

No modelo elaborado por Faulkner (2001), durante a fase de pré-evento, é indicado a necessidade de “estabelecer uma estrutura de coordenação e sistemas de comunicação”, porém, de acordo com os agentes locais entrevistados, a comunicação referente a realidade da barragem não tem sido clara e eficaz, como pode ser notado pelo comentário do entrevistado P1:



Então essa situação toda criada pela Vale que a gente não sabe com detalhes a realidade da situação da barragem, se vai estourar, se não vai, se tem risco, se não tem, é só o que chega para gente através de imprensa e de reuniões que são feitas com o Ministério Público, a realidade mesmo a gente não sabe se tem algo encoberto. (Entrevista P3, 2019)

Além disso, outro elemento, da fase pré-evento, descrito por Faulkner (2001), “educar a indústria de stakeholders, empreendedores, clientes e comunidade”, não foi implantado, como é apontado pelo entrevistado PR2, *“Quando aconteceu (o toque das sirenes) a gente não tinha Rota de Fuga, imagine uma situação dessa toca um alarme, não tem a rota de fuga né, não sabia o que fazer”*.

Alguns entrevistados revelaram que a ameaça de rompimento da barragem B3/B4 gerou uma série de conflitos entre empreendedores e também entre moradores que foram retirados da zona de risco, que é a área de passagem da lama em caso de rompimento da barragem. Sobre os conflitos, a entrevistada L disse: *“de 60 pousadas, a Vale pega 10 e libera o valor para essas 10 pousadas, coloca as pessoas evacuadas dentro dessas pousadas, e aí as outras ficam sem nada”*. Esta situação também foi destacada pelo entrevistado PR2, *“de repente tem um cara que tá ganhando muito bem, pois está com a pousada cheia todos os dias, e tem outro quebrando. Assim, como diz um amigo meu, você está investindo no meu concorrente e me quebrando”*. Os conflitos, de acordo com o modelo elaborado por Jiang e Ritchie (2017), são considerados fatores de impedimento na construção da colaboração entre os *stakeholders* e também são considerados desafios e barreiras para alcançar resultados efetivos na gestão de desastres em turismo.

Relacionamento entre stakeholders locais

Segundo modelo de Jiang e Ritchie (2017), uma boa relação entre os *stakeholders* é vista como fator facilitador e elemento de sucesso e uma má relação é vista como fator de impedimento e como barreira na gestão de



riscos. Os membros da comunidade entrevistados afirmaram que existe uma boa relação entre eles, mas surgiram alguns conflitos na comunidade após o alerta de rompimento da barragem. O principal conflito apontado decorre de uma ação preventiva da Vale que realocou os moradores da área de risco para algumas pousadas do distrito, em detrimento de outros estabelecimentos. A Vale é responsável por pagar todos os custos com alojamento destes moradores. Assim, o cenário atual dividiu os empresários do setor hoteleiro entre aqueles que estão com taxa de ocupação máxima e aqueles que estão vendo seu negócio definhando pelo declínio expressivo no número de turistas que visitam o local por temor do rompimento da barragem. Os hoteleiros do primeiro grupo estão obtendo rendimentos superiores àqueles obtidos antes do alerta de rompimento de barragem, pois o turismo em Macacos concentrava-se, sobretudo, nos períodos de férias e finais de semana. O entrevistado PR2 entende que *“existe uma união sim naquela em função dos interesses em comum”*, mas que devido ao envio de moradores da área de risco para algumas pousadas e não para outras, *“acaba gerando uma situação nas pessoas, um sentimento ruim, que eu estou chamando de inveja”*. A entrevistada L, enxerga essa situação da mesma forma, *“assim, fica aquela coisa, aquele clima ruim, então é meio difícil por causa disso sabe?”*.

Apesar dessa situação conflitante entre os empresários, houve relatos de iniciativas coletivas, como a criação do Instituto Sebastião que visa reorganizar o turismo local. Segundo a idealizadora do projeto *“foi uma forma que encontramos para gerenciar a crise no coletivo e de apresentar projetos voltados para o turismo”*.

Macacos e a prefeitura de Nova Lima

A relação de Macacos com a Prefeitura de Nova Lima é considerada péssima ou inexistente pela grande maioria dos agentes locais entrevistados. Eles relatam um abandono por parte da prefeitura. Ao ser questionada sobre



a relação do distrito com a prefeitura, a entrevista L afirmou que *“chegou um ponto que a gente se sente abandonada, a palavra é essa, abandonada, porque não tem nenhuma ajuda e, se tivesse a prefeitura nos ajudando, a prefeitura poderia nos ajudar a cobrar, correr atrás das coisas”*, e reforçado pela entrevistada C, *“a relação é de total descaso, total desrespeito”*. O entrevistado P3, indicou um possível motivo para a falta de engajamento da prefeitura no distrito de Macacos: *“Olha a Prefeitura de Nova Lima não investe em turismo, porque a maior parte da arrecadação vem da mineração, a maior parte da receita de Nova Lima é de mineração”*. Esta situação reportada pelos agentes locais é compreendida no modelo elaborado por Jiang e Ritchie (2017) como desafios e barreiras, pois caracteriza uma relação fraca entre os agentes e instituições locais, marcada pela falta de planejamento regional.

A Secretaria de Turismo foi indagada com a mesma questão e apesar de concordar que a relação entre a sede municipal e o distrito apresentar problemas, justificou o motivo de outra maneira, como pode ser verificado no trecho extraído da entrevista SC:

Eles (Macacos) não se identificam com o município, eles se identificam como cidade. A gente nunca conseguiu acessar Macacos, tanto é que o turismo lá tava meio decadente, a gente nunca conseguiu fazer um projeto em Macacos, por que eles não entendiam o processo do Turismo como um todo. (Entrevista SC, 2019)

Outro ponto levantado pela Secretaria de Turismo rebate no modelo elaborado por Jiang e Ritchie (2019). A falta de colaboração entre os agentes e a relação fraca entre eles é explicitado no seguinte trecho: *“A comunidade que vive exclusivamente da atividade turística não conseguiu se unir para resolver o problema comum para todos e se organizar para dissolver o impacto gerado pela barragem”*. Os autores consideram a natureza da necessidade e o bom relacionamento e parcerias anteriores, como fatores facilitadores e, na visão da secretaria de turismo, este foi um dos fatores que dificultaram o retorno do turismo no distrito. Além disso, os



autores consideram, como elementos de sucesso, uma boa liderança e para a Secretaria do Turismo, isso não ocorre em Macacos: *“A falta de liderança e de uma organização para a atividade turística aumentou a gravidade do problema econômico local”*. A Secretaria do Turismo ainda alega que devido à situação da barragem foi descoberto que há *“90% de inadimplência, de ilegalidade”* na atividade turística do distrito e que *“somente com a qualificação profissional e legalização do distrito, ele será reconhecido pela atividade turística”*. Estes dados podem justificar o conflito intenso entre o distrito e a prefeitura de Nova Lima e como dito pela entrevistada SC, *“os problemas são maiores que a própria barragem”*.

Um outro aspecto da entrevista questionava os agentes sobre a atuação da Defesa Civil e seus protocolos, antes e depois do soar das sirenes em fevereiro. Alguns entrevistados disseram não ter conhecimento acerca de um plano de contingência, mapeamento das áreas de risco e plano de redução de riscos antes do dia 16 de fevereiro, mas que após esta data foi possível ver ações sendo tomadas no distrito. As ações que a Defesa Civil tomou, relatadas pelos entrevistados foram:

- *Definição das áreas de maior risco*; os entrevistados relataram que a Defesa Civil definiu áreas de risco e retirou os moradores destas áreas.
- *O monitoramento ininterrupto da probabilidade de que as ameaças de um evento adverso ou acidente determinado se concretizem*; os entrevistados têm conhecimento que o local está sendo monitorado de forma ininterrupta, apesar de não saberem muitos detalhes.
- *A construção de cenários de riscos prováveis*; os entrevistados disseram que foi mostrado para eles os possíveis cenários de riscos, onde a lama passaria caso a barragem se rompesse.
- *Adotar medidas estruturais com a finalidade de aumentar a segurança intrínseca das comunidades por meio de atividades construtivas, realizando obras de engenharia de forma planejada*; os entrevistados relataram que a Defesa Civil afirma que haverá a



construção de um muro de contenção, dado este confirmado em entrevista com a Defesa Civil.

Os entrevistados também relataram questões que a Defesa Civil não tem tomado, desde que a sirene tocou:

- *Execução de planos e dos exercícios simulados, destinados ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do sistema de autodefesa, conforme os riscos de cada Município ou região; os entrevistados relataram a falta de treinamentos e simulados.*
- *A identificação da natureza, da extensão, da intensidade e da magnitude da ameaça; os entrevistados relatam não saberem exatamente qual a situação da ameaça e o nível de risco.*

Assim como:

- *A determinação da existência e do grau de vulnerabilidade;*

A respeito do nível da barragem, a entrevistada SC disse: "*É o 3 por protocolo. Se eles não conseguiram o laudo de 1, eles passam para nível 2, se eles não conseguirem laudo do nível 2, eles passam para o 3*". Toda essa situação com a Defesa Civil é exemplificada, também, pelo entrevistado PR2 no trecho abaixo:

Depois que soou a sirene é que a Vale/Defesa Civil veio fazer as ações de sinalização, de controle de acesso na estrada, evacuação das pessoas que estavam na mancha de inundação, mas até então antes de soar a sirene, ninguém aqui tinha informação de que havia algum risco, ninguém foi preparado, ninguém sabia que tinha sirene, não foi feito nenhum tipo de treinamento, entendeu?

A entrevista feita com a Defesa Civil não revelou grandes detalhes sobre a situação de Macacos. Apesar disso, a Defesa Civil entende que o distrito de Macacos é autossustentado pelo turismo e que a ameaça do rompimento da barragem B3/B4 atingiu a todos. Também afirma que o nível de insegurança da barragem foi elevado para o 3 (nível máximo) devido à falta de laudos que comprovassem a segurança da barragem em nível 1 ou



2 e que até a presente data ainda não há laudos que comprovem a real situação da barragem. O entrevistado salientou que o papel da Defesa Civil é fiscalizar a empresa Vale e que todas as ações tomadas pela Defesa Civil foram pagas pela empresa, como por exemplo, as placas (figura 4) informando as rotas de fuga, pontos de encontro e as sirenes.

Figura 4- Placas de sinalização de rota de fuga e ponto de encontro



Fonte: Fotografia do arquivo de campo dos autores, 2019.

Além disso, informou que simulados não podem ser feitos em cidades cujo o nível da barragem esteja no máximo, que é o caso da B3/B4. O entrevistado fez questão de mostrar que a Defesa Civil possui um Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM)², porém salientou que o mesmo não pode ser repassado para a população. De acordo com a fase Prodromal de Faulkner (2001), a Defesa Civil realizou os três aspectos descritos na fase, que são:

- Sistemas de aviso (incluindo a grande mídia)
- Estabelecer um centro de comando de gerenciamento de desastres
- Instalações de segurança

² O Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (Volume V do Plano de Segurança de Barragem) é um conjunto de procedimentos que tem por objetivo identificar e classificar situações que possam pôr em risco a integridade da barragem, e, a partir deste ponto, estabelecer ações necessárias para sanar as situações de emergência e desencadear o fluxo de comunicação com os diversos agentes envolvidos.

Em conversas iniciais com os entrevistados, ao citar a dificuldade de conversa com a Vale e Defesa Civil, os mesmos não demonstraram surpresa e disseram que o contato com os estes órgãos é sempre muito difícil.

Mineradora Vale S.A.

Após o toque das sirenes, os moradores entrevistados destacaram algumas ações realizadas pela a Mineradora Vale S.A, entre elas: I) evacuação dos moradores de área de risco para pousadas da região, II) a implantação dos *vouchers* de alimentação; III) a abertura de um posto de atendimento da empresa em conjunto com a Defesa Civil. Além disso, o entrevistado PR2 relatou outras ações tomadas pela empresa, *“ela tem atendido algumas demandas que foram feitas, assim, como a mudança de local da escola e uma reparação da Associação Comunitária que tava recebendo pessoal”*. Este posto de atendimento é um dos aspectos apontados por Faulkner (2001) durante a fase Prodromal.

Os relatos apontam que os *vouchers* de alimentação (figura 5) são considerados o principal suporte financeiro oferecido pela companhia de mineração aos moradores do distrito. De acordo com o entrevistado P1, *“a Vale passou a fornecer vouchers para a população, vouchers de alimentação de 20 reais um para refeição do almoço e outro para o jantar”*. O entrevistado P2 disse que *“a economia de Macacos virou entorno desse voucher, virou o bitmonkey”*. Além disso, durante o primeiro mês pós alerta de rompimento, os entrevistados disseram que a Vale deu um suporte financeiro para as pousadas pois todas tiveram que cancelar suas reservas para o Carnaval do ano de 2019. Como dito por Jiang e Ritchie (2017), o suporte financeiro, seja dos agentes locais ou do governo, é essencial para o sucesso na gestão de riscos em turismo.



Figura 4 – Voucher Refeição da Vale



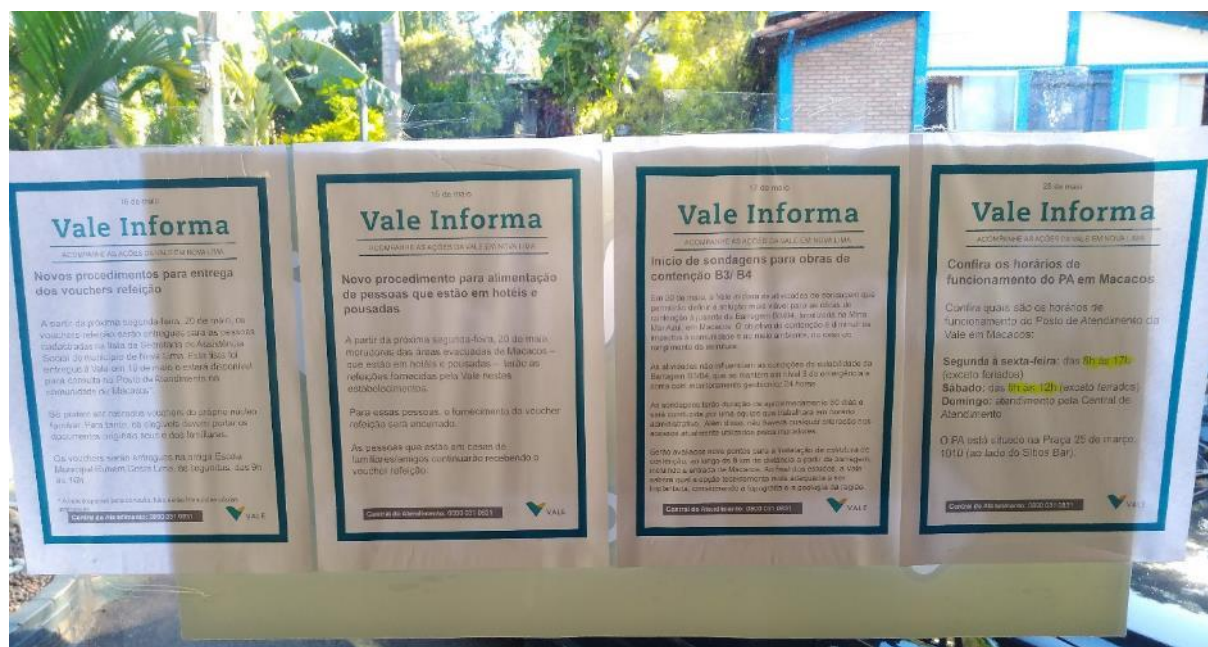
Fonte: Fotografia do arquivo de campo dos autores, 2019.

Quanto a preocupação da empresa com o turismo, a entrevistada L afirma que, *“não se preocupa, tanto é que não se preocupa porque já estão querendo colocar esse muro de contenção que vai acabar ainda mais com Macacos”*. O entrevistado P2 disse que a esposa dele, que participa do Instituto Sebastião, afirmou que *“vai haver um investimento da Vale com propagandas voltadas para o turismo”*.

Uma comunicação aberta e consistente é um dos elementos de sucesso para a gestão de desastre de acordo com Jiang e Ritchie (2017). Apesar disso, os entrevistados do estudo consideram que a Vale não mantém uma comunicação constante e eficaz com a comunidade. Normalmente, os comunicados oficiais são realizados por meio de cartazes e informativos afixados nos principais estabelecimentos comerciais do distrito (figura 6). Sobre este assunto, o entrevistado P1 afirma que: *“Eu acho que ainda tem falhas, sabe, existem situações que você fica sabendo depois por terceiros, entendeu? Nunca pela questão da própria Vale está divulgando ou não. Às vezes a gente fica sabendo depois, escutando o rádio, não aqui”*. A entrevistada L também denuncia a falta de uma comunicação

consistente e fluída, conforme pode-se perceber na sua fala: “Se eu tenho alguma dúvida, eu tenho que ir até eles e eu tenho que tentar esclarecer, porque se eu esperar eles virem no meu comércio ou na minha casa, eles não vem e não apresentam”..

Figura 5 - Informativos da Vale



Fonte: Fotografia do arquivo de campo dos autores, 2019.

Futuro do turismo

A incerteza sobre o futuro do turismo paira sobre o ar no distrito de Macacos. Apesar disso, os entrevistados demonstram esperança e fé de que tudo possa se resolver o mais breve possível, como dito pela entrevistada L, “Olha eu tenho eu tenho muita fé que a gente vai passar por isso, que é uma fase que a gente vai passar”. Porém, a mesma entrevistada salienta que o turismo só voltará a funcionar no distrito “com muita ajuda e muito desempenho das autoridades, porque se for só por iniciativa da Vale a gente vai ficar nessa coisa igual a Mariana, igual tá Brumadinho... esquecido, entendeu?”. Isto demonstra a importância da colaboração entre os stakeholders, como foi elucidado pelo modelo de Jiang e Ritchie (2017).

A segurança do local é uma outra questão comentada pelos entrevistados. Para eles, somente com a confirmação de que a barragem

nunca irá se romper e que o local é totalmente seguro, é que a atividade turística poderá retornar à normalidade em Macacos e que uma ação publicitária terá que ser feita para que os turistas vejam que o local voltou a ser seguro, como é descrito pelo entrevistado P1:

Caso sejam tomadas todas as ações para que se restabeleça a segurança aqui na região, seja com o descomissionamento³ da barragem, esse tipo de coisa. Para que retome o turismo é necessário também que a Vale tome providências no sentido de criar uma ação, até publicitária, mostrar para as pessoas que aqui é um local seguro. Então vai passar por uma questão de divulgação e tal, mas isso, antes de fazer isso, na minha opinião, ainda tem que fazer todo esse trabalho de segurança para que as pessoas se sintam seguras em vir aqui.

O entrevistado PR2 não é muito otimista com o retorno rápido da atividade turística e, em sua opinião, Macacos “perdeu o foco no turismo”. Para ele, “*tá todo mundo focado em atender a Vale. A Vale paga bem, a Vale paga em dia, se você conseguir trabalhar para Vale é bom. Você tem hóspede a semana inteira, ao invés de ter só final de semana, você tem vale-refeição*”. E em tom de ironia completou, “*eu deixei de ter uma pousada para ter uma pensão, mais ou menos assim*”.

A Secretaria de Turismo salienta que “*Nova Lima é uma cidade mineradora que agora, principalmente depois das barragens, descobriu-se que temos que modificar, diversificar nossa economia*”. E que a prefeitura e Secretaria do Turismo “*tem o desafio de repensar Macacos, a gente não consegue fazer com que lá seja total turismo mais*”. Tanto a Secretaria de Turismo quanto a Defesa Civil afirmam que o descomissionamento da barragem B3/B4 deve demorar de 2 a 3 anos para acontecer e que, por isso, existe uma necessidade real e urgente de se repensar a economia local e buscar sua diversificação.

Ao ser indagado sobre quais maneiras os empresários poderão sobreviver durante os possíveis 3 anos até o descomissionamento da barragem, o entrevistado P2 disse que “*vamos sobreviver desses acordos*”.

³Processo de encerramento definitivo do uso de uma barragem. Ao fim do processo, a estrutura fica estável e é reincorporada ao relevo e ao meio ambiente. (Glossário Vale, 2019)



com os empregados que vão trabalhar pra Vale” e que “fizeram uma reunião onde está se exigindo que a Vale faça o ressarcimento disso tudo e se ela fizer, como está fazendo em Brumadinho, poderemos superar isso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno de uma complexidade enorme e diversos fatores podem impactá-lo de maneira positiva ou negativa. Os desastres naturais ou tecnológicos trazem não apenas prejuízos de ordem financeira, incluindo a queda da atividade turística, como também podem fortalecer ou abalar as relações entre os agentes turísticos locais.

A gestão de desastres em turismo não é um tema amplamente discutido no Brasil, porém com os recentes desastres causados pelo rompimento de barragens de rejeito em regiões turísticas de Minas Gerais, o tema veio à tona. Vale ressaltar que a gestão de desastres não deve focar somente neste tipo de desastre, afinal, outros desastres, como seca e chuva, são bastantes comuns no território brasileiro.

O caso de Macacos é bastante peculiar, pois demonstra como o alerta de risco de desastre é condição suficiente para colocar a atividade turística em colapso. Nesse sentido, a barragem não precisou se romper para que as consequências na comunidade e no turismo acontecessem, demonstrando o quanto a atividade turística é altamente sensível aos desastres. Foi possível notar que alguns problemas no distrito, referentes ao turismo, já aconteciam antes mesmo das sirenes tocarem no fatídico dia 16 de fevereiro de 2019. O turismo em Macacos sofreu, num primeiro momento, o fechamento do distrito, o que ocasionou o afastamento de 100% dos turistas. Para um lugar que tem sua economia altamente dependente do turismo, o impacto econômico foi imediato.

Nos meses seguintes, os relatos de pousadas e restaurantes fechando e a queda abrupta nos orçamentos de pousadas e restaurantes do distrito, revelam que o problema continua. A falta de informação sobre os reais



riscos e o alerta de um desastre iminente reforçam o medo entre moradores e visitantes e afugentam eventuais turistas do local. A ameaça do rompimento da barragem B3/B4 causou também conflitos entre empresários do ramo do turismo, comunidade e prefeitura de Nova Lima, criando assim fatores de impedimento e desafios que dificultam o sucesso para a gestão de desastre em turismo, conforme apontado por Jiang e Ritchie (2017).

Do ponto de vista da gestão de desastre, conforme modelo apresentado por Faulker (2000), foi possível identificar que a Defesa Civil e a Vale adotaram algumas medidas de prevenção para o caso de rompimento da barragem, incluindo placas de sinalização de rotas de fuga, pontos de encontro, definição de áreas de riscos, entre outros. No entanto, foram apontados problemas relativos à inexistência de uma comunicação aberta e consistente por parte da companhia mineradora, suporte financeiro precário aos moradores afetados pela situação e tomada de decisões arbitrárias que acabaram criando novos conflitos entre moradores e empreendedores locais. Nesse mesmo sentido, percebe-se que o fraco relacionamento anterior entre a sede da Prefeitura Municipal de Nova Lima e o distrito de Macacos também contribuem para dificultar a colaboração entre os agentes locais na gestão do risco de desastre. Todo esse cenário resulta em omissões por parte da Vale e das instituições públicas locais, gerando grande insegurança nos moradores e turistas. E, assim, a única certeza que se tem é a incerteza sobre o futuro do turismo em Macacos, um destino turístico que encontra-se totalmente sufocado por sua lama invisível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Mapa Interativo das Barragens Cadastradas no Sistema. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.snisb.gov.br/portal/snisb/mapas-tematicos-e-relatorios/tema-1-1>. Acesso em: 29 maio 2019.

BEETON, S. (2001). Horsebacktourism in Victoria, Australia: Cooperative, proactivecrisismanagement. *CurrentIssues in Tourism*, 4(5), 422-439.



- CASTRO, Antônio Luiz Combra. GLOSSÁRIO DE DEFESA CIVIL ESTUDOS DE RISCOS E MEDICINA DE DESASTRES. Brasília: IMPRENSA NACIONAL, 1998. Disponível em: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/GLOSSARIO-Dicionario-Defesa-Civil.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Observatório dos Desastres Naturais. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.desastres.cnm.org.br/>. Acesso em: 27 maio 2019.
- EM-DAT Glossary. [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.emdat.be/Glossary>. Acesso em: 21 maio 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL: Gestão municipal de risco de desastres. Brasília DF: [s. n.], 2019. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/documentos/Prote%c3%a7%c3%a3o%20e%20Defesa%20Civil.%20Gest%c3%a3o%20Municipal%20de%20risco%20de%20desastres%20\(2019\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/documentos/Prote%c3%a7%c3%a3o%20e%20Defesa%20Civil.%20Gest%c3%a3o%20Municipal%20de%20risco%20de%20desastres%20(2019).pdf). Acesso em: 5 jun. 2019.
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage
- FAULKNER, Bill. Towards a framework for tourism disaster management. (2001) *Tourism Management, Australia*, ed. 22, 135-147.
- FYALL, A., & GARROD, B. (2005). *Tourism marketing: A collaborative approach*. Clevedon, UK: Channel View Publications. Theoretical perspectives applied to interorganizational collaboration on Britain's inland waterways.
- GIL, Antônio Carlos. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas S.A..
- GILBERT, Amber. Top 10 Countries with Solid Disaster Management System. [S. l.], 29 dez. 2014. Disponível em: <https://www.elist10.com/top-10-countries-solid-disaster-management-system/>. Acesso em: 21 maio 2019.
- JIANG, Yawei; RITCHIE, Brent W. (2017). Disaster collaboration in tourism: Motives, impediments and success factors. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 31, 70-82.
- Nyaga, G. N., Whipple, J. M., & Lynch, D. F. (2010). Examining supply chain relationships: Do buyer and supplier perspectives on collaborative relationships differ? *Journal of Operations Management*, 28(2), 101 -114. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jom.2009.07.005>
- RACHERLA, Pradeep; HU, Clark. (2009). *A Framework for Knowledge-Based Crisis Management in the Hospitality and Tourism Industry*. Cornell Hospitality Quarterly, Ithaca,



- Sowa, J. (2009). The collaboration decision in non-profit organizations: Views from the front line. *Non-profit and Voluntary Sector Quarterly*, 38(6), 1003e1025. <http://dx.doi.org/10.1177/0899764008325247>.
- Zhang, C., Yu, H., & Liu, Z. (2008). Logistics collaborations supported by electronic logistics marketplaces. In *Advanced management of information for globalised enterprises, 2008. AMIGE 2008. IEEE symposium on* (pp. 1e5). IEEE.



